

# 1968: HISTÓRIA E MEMÓRIA

Angélica Müller\*

**N**ão há momento mais marcante na história do movimento estudantil (ME) brasileiro – e, por que não dizer, na história do ME em todo o mundo – que o “mágico” ano de 1968. Fatos como a “Passeata dos Cem Mil” são lembrados pelas gerações sucedâneas de 68 como demonstrações indubitáveis da capacidade de articulação e rebelião dos jovens estudantes.

Este texto tem um duplo intuito: apresentar os acontecimentos de 68 através da memória daqueles que jogaram papel central naquele período, no caso os estudantes, e refletir sobre o significado dessa memória que continua povoando o imaginário de muitos jovens.

Para tanto, a narrativa ganha destaque no desencadeamento do texto. Como bem constata Lucilia Neves Delgado, a narrativa como fonte para construção do conhecimento histórico tem um potencial inesgotável, pois é também instrumento de retenção do passado e, por consequência, suporte do olhar da memória (DELGADO, 2003, p.22).

O histórico aqui apresentado será construído através da narrativa realizada pelos principais expoentes da militância estudantil de 1968: Vladimir Palmeira, Jean Marc von der Weid, Franklin Martins, José Dirceu, Paulo de Tarso Venceslau, Bernardo Joffily e Cláudio Fonteles. Lançaremos mão, ainda, do depoimento de Gustavo Petta, presidente da UNE entre 2003 e 2007. Os depoimentos foram colhidos para o *Projeto Memória do Movimento Estudantil* entre os anos de 2004 e 2005 e estão disponíveis em seu site.

O apelo por mudanças comportamentais e culturais, que teve grande importância no caso francês e também no americano, surgia no Brasil como pano-de-fundo para uma ação centrada na luta política contra a ditadura militar então vigente no país.



Passeata dos 100 mil. Rio, junho 1968

Segundo o historiador Daniel Aarão Reis, ele próprio um importante militante da época, 1968 foi ano de paixões desencadeadas em várias partes do mundo (REIS; MORAES, 1988). O ponto inicial e a confluência de todos esses movimentos está na Guerra do Vietnã: a ofensiva do Tet, em janeiro, catalisou a ideia de que a união do povo e sua organização eram fatores fundamentais para o sucesso das ideias revolucionárias (quaisquer que fossem); a partir daí, gritos de liberdade foram bradados em diferentes países espalhados pelos quatro cantos do mundo.

Esses gritos ecoaram também no Brasil, mas as lutas por liberdade foram travadas de maneira específica. Isso não quer dizer que o desenrolar dos processos internacionais não influenciou a luta dos jovens estudantes brasileiros. No mundo inteiro, novos padrões de comportamento e modos de vida passaram a

ser explorados. Mas o apelo por mudanças comportamentais e culturais, que teve grande importância no caso francês e também no americano, surgia no Brasil como pano-de-fundo para uma ação centrada na luta política contra a ditadura militar então vigente no país.

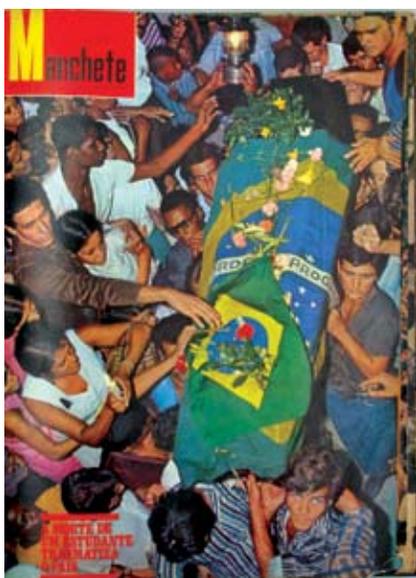
Depois do golpe militar de 64 os estudantes levaram dois anos para se reorganizar, dando início à escalada rumo ao ápice do movimento de protesto, que aconteceria em 1968. Em 66 foi realizado, clandestinamente, o Congresso da UNE, na cidade de Belo Horizonte, e o ME foi para as ruas protestar contra a política educacional. Dentre as inúmeras manifestações realizadas, uma causou comoção nacional: a invasão dos militares à Faculdade de Medicina na Praia Vermelha (Rio de Janeiro), que entrou para a história como o “Massacre da Praia Vermelha” porque a repressão agrediu brutalmente os estudantes.

Estava configurada, assim, a conjuntura nacional que desencadearia as lutas decisivas de 1968. O primeiro grande ato político desse ano aconteceu no Brasil no final de março, no Rio de Janeiro. No dia 31, os estudantes realizaram uma manifestação em defesa da permanência do restaurante estudantil “Calabouço”, local de reuniões e mobilizações estudantis. Como a ditadura queria fechá-lo, ocorreu um embate entre militares e estudantes, culminando com a morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto.

Vladimir Palmeira, então presidente da União Metropolitana de Estudantes (UME), lembra do acontecimento:

*Uma primeira vítima mortal. Nós já tínhamos dito que um dia ia morrer estudante, sabíamos que ia morrer. Havia uma fronteira da polícia, e até onde ela chegaria? Foi um clima de grande indignação. Esse era o clima dominante da Assembléia. Nós passamos a noite na Assembléia e, no dia seguinte, foram os momentos mais bonitos do enterro do Edson Luís, quando começaram a chegar aqueles colégios de padres e de freiras (...) para visitar. Lançaram aquela palavra-de-ordem: “Podia ser um filho seu”, que foi uma palavra-de-ordem notável, que também não foi uma liderança que criou. Aquilo foi uma criação coletiva, alguém fez. Fizeram uma faixa, o pessoal gritava, foi criando aquele tom. Aquela manifestação impressionante, popular (Depoimento de Vladimir Palmeira concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 12/09/2005)*

Um longo cortejo foi realizado, levando mais de cinquenta mil pessoas do velório na Assembléia Legislativa até o cemitério São João Batista. Em todo o país, várias manifestações ocorreram em consequência disso, ampliando o número de mortos e feridos. Na missa de sétimo dia, como forma de conter a pressão, o governo decretou ponto facultativo na cidade e o exército ocupou o centro, levando a novo choque entre estudantes e militares.



Capa da Revista Manchete retratando o velório de Édson Luís. Abril de 1968

Toda a imprensa deu ampla cobertura ao acontecimento, bem como aos demais que se seguiram. Uma das revistas de maior circulação na época, *Manchete* trouxe na capa inteira da edição de 13 de abril a foto dos estudantes conduzindo o corpo de Édson Luís com os dizeres: “A morte de um estudante traumatiza o país” (*Manchete*, nº 834, 13 abril de 1968, p. 04-13). Nove páginas foram dedicadas à matéria, com inúmeras fotografias.

A comoção pelo assassinato de um estudante acabou não só por abalar a sociedade, como também por levar a uma mudança na forma de atuação, tanto dos estudantes quanto dos militares.

Jean Marc von der Weid, presidente da UNE eleito em 1968, relembra que a morte de Edson Luís representou o marco inicial das mobilizações de 1968. Partindo de uma questão específica, que era a resistência contra o fechamento do restaurante “Calabouço”, as mobilizações acabaram ganhando dimensão muito mais ampla, de denúncia contra a violência, contra o arbítrio, contra a repressão, contra o regime. A partir daí conflitos armados e sangrentos eclodiram por todo o país nos meses seguintes.

Entre abril e maio o movimento repôs suas forças através de pequenas manifestações locais, cujo principal tema eram as críticas à política educacional do governo. Nelas eram apresentadas reivindicações precisas e se propunha o diálogo com o governo, sem qualquer retorno por parte deste. Conforme Daniel Aarão Reis, os dirigentes estudantis expressavam aspirações enraizadas no cotidiano de estudantes e professores (REIS; MORAES, 1988, p. 16).

As idéias de liberdade evocadas em todo o mundo ganharam contorno específico no Brasil. Em nosso país, a luta focada contra a política educacional do governo assumiu uma dimensão mais ampla, contra o regime. Em fins de junho, o ME definiu-se pelo uso da violência. Decididos a se fazer ouvir pelo ministro da Educação, os estudantes resolveram ocupar o prédio do MEC no Rio de Janeiro. Estava instalado o palco para o episódio que ficou conhecido como a “Quarta-feira Sangrenta”. Nesse dia foram construídas barricadas na avenida central da cidade e o choque com a polícia se deu nesse mesmo lugar. Vladimir Palmeira relembra:

*Quando a polícia veio, naquele passo terrível, largo, aqueles passos de ganso,*

disseram: “O que a gente faz?” Eu disse: “Vamos resistir.” Quando chegou, sei lá, a uns cinqüenta metros, a gente disse: “Vamos para cima deles!” E fomos e batemos na polícia pela primeira vez. A polícia saiu correndo e nós atrás por aquelas ruelas do Centro, invertendo as coisas. Nós passamos quatro anos correndo deles. Dessa vez, eles estavam correndo da gente. Aí, pronto, virou uma batalha campal, porque mandaram a cavalaria e a gente jogou chimbra, bola de gude, rolhas. Cavalos caíram, menino andou em cavalo. Eu me lembro que teve um menino que botou um capacete da Polícia do Exército e montou no cavalo e saiu montado no cavalo. Houve de tudo. A massa é criativa. Até que tocaram fogo num caminhão do exército. Nesse momento, a barra pesou, chegou a PE e eu me mandei. O Jean Marc foi preso. Essa foi a Quarta-feira Sangrenta (Depoimento de Vladimir Palmeira concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 12/09/2005)

Nova passeata foi marcada para sexta-feira na Praça Tiradentes em protesto ao ataque realizado no dia anterior. Jean Marc, que estava preso no dia, conta o que os colegas lhe disseram:

*Literalmente o Rio de Janeiro passou por uma insurreição, que foi o chamado dia da Sexta-feira Sangrenta, porque metade do grupo que estava em frente à embaixada [americana] correu para o centro da cidade e começou a montar barricada. (...) E, de repente, a população entrou no*

*jogo. Quer dizer: aquilo foi uma insurreição popular. Os estudantes foram o estopim do início daquela história, que só terminou às 20h da noite. Teve um nível de violência, agressividade, de parte a parte, extremamente intenso (Depoimento de Jean Marc von der Weid concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 07/10/2004).*

Junto com a “Passeata dos Cem mil”, no Rio, na grande maioria dos estados também houve manifestações. Esse foi o momento culminante de 1968 no Brasil.

A seqüência de passeatas e conflitos brutais desembocou na célebre “Passeata dos Cem mil”, realizada em 26 de junho. Por um momento o regime recuou e permitiu a maior manifestação ocorrida durante a ditadura, que levou estudantes, artistas, intelectuais, religiosos e a população em geral a realizar uma passeata pacífica apresentando denúncias contra o regime e reivindicações estudantis. Segundo Jean Marc, a origem de todo o processo - reivindicações sobre verbas, vagas nas universidades e privatização ou não-privatização do ensino - desapareceu frente a um novo conteúdo: a luta contra o caráter repressivo do regime militar. Junto com a “Passeata dos Cem mil”, no Rio, na grande maioria dos estados também houve manifestações. Esse foi o momento culminante de 1968 no Brasil.

Como resultado da passeata foi eleita uma comissão para dialogar com o presidente Costa e Silva, chamada de “comissão dos cem mil”. Essa comissão definiu uma pauta estritamente estudantil: mais verbas para educação, reabertura do restaurante “Calabouço” e soltura dos



Protesto contra a Ditadura, na sede da UNE

presos políticos. A negociação com o governo não foi adiante. Para Jean Marc, essa comissão cometeu um erro: “transformou uma manifestação de caráter libertário e democrático numa manifestação reivindicativa estudantil” (Depoimento de Jean Marc von der Weid concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 07/10/2004).

Depois dessa grande passeata o ME entrou num momento de refluxo. O segundo semestre de 1968 foi marcado principalmente por disputas internas no movimento, o que permitiu ao regime ganhar força contra os estudantes. Essas diferenças tornaram-se explícitas na hora da disputa pela renovação dos quadros das entidades.

Foram duas as principais correntes que disputavam o ME brasileiro nesse momento. Elas formavam dois grandes blocos: um sob liderança da Ação Popular (AP), força predominantemente estudantil derivada da JUC (Juventude Universitária Católica), que, juntamente com partidos como o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e o PCBR (Partido Comunista Brasileiro

Revolucionário), enfatizavam não só as denúncias políticas gerais contra o regime, mas também a luta contra o imperialismo e a solidariedade para com os vietcongues. Durante toda a década de 1960 a AP elegeu o presidente da UNE e de muitas entidades do ME.

Já as dissidências do Partido Comunista<sup>1</sup>, aliadas à Política Operária (POLOP) e, em alguns casos, ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), acreditavam que o ME deveria ser um instrumento de politização da luta contra a política educacional do governo. Nesse período, a “Dissidência da Guanabara” (Rio de Janeiro) e a de São Paulo ocuparam a presidência da UME (União Metropolitana de Estudantes) e da UEE/SP (União Estadual de Estudantes).

A disputa era acirrada e pode ser exemplificada através do caso da UEE/SP, que em seu Congresso de 1967 acabou por eleger duas diretorias, uma vinculada à AP e outra vinculada à “Dissidência”. Paulo de Tarso Venceslau, importante militante da “Dissidência” em São Paulo, lembra do episódio:

*Quando a gente entra em 1968, a UEE tinha dois presidentes reconhecidos: a Catarina Melloni [AP] e o Zé Dirceu [Dissidência]. Os dois se proclamando presidentes da UEE. Então, todo o ME de 68 começa com esse clima em São Paulo, com dois presidentes. Você imagina a disputa que era em manifestação, quem fala, hora de falar, disputa de espaço, cotovelada daqui, pisa no pé de outro, um horror! Mas foi assim que o movimento explodiu em 1968 (Depoimento de Paulo de Tarso Venceslau concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 14/06/2004)*



Manifestação contra a morte do estudante Édson Luís, 1968

Enquanto as entidades apresentavam suas arestas, o regime tratou de “mostrar a que veio”. Invasões de universidades, como aconteceu na Universidade de Brasília (UnB) em 30 de agosto, foram as preliminares dos tempos mais sombrios que estavam por vir. Cláudio Fonteles, militante da AP na UnB da época, conta como a Universidade era encarada pelos militares:

*O estopim da invasão da UnB foi o paroxismo daquela concepção violenta do poder militar, traduzido naquela frase do coronel Meira Matos sobre os três pontos vermelhos. Para ele tinha no mundo: a Rússia, a China e a Universidade de Brasília. E eles queriam dar uma demonstração de força e de eliminação desse centro que entendiam como altamente perigoso (Depoimento de Cláudio Fonteles concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 11/06/2005)*

Outro episódio que marcou profundamente o ano de 1968 foi o conflito da Rua Maria Antônia. Nessa localidade ficava a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), considerada “reduto” da esquerda em São Paulo. Logo à frente situava-

se a Universidade Presbiteriana Mackenzie, freqüentada por muitos alunos de direita (apesar de os Centros Acadêmicos e o Diretório Central dos Estudantes serem, em sua maioria, de esquerda). Segundo relato do líder estudantil José Dirceu, uma pequena parte daqueles estudantes tinha sido treinada pelo Departamento de Ordem Política (Dops).

O conflito teve início quando secundaristas realizavam um “pedágio” para coletar fundos para a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas). A partir de um determinado momento, esses alunos passaram a ser agredidos por um grupo de estudantes do Mackenzie e procuraram proteção no prédio da Faculdade de Filosofia da USP. O conflito ganhou proporções maiores e acabou por resultar na morte do secundarista José Guimarães em 03 de outubro (DIRCEU, 1999, p. 89). José Dirceu relembra:

*Virou uma batalha campal, e de batalha campal virou um ataque de ocupação. Falei assim: “Vai ser um massacre. Eles vão começar a matar estudantes, eles vão destruir, eles vão ocupar a faculdade.” Tanto é que isso aconteceu mesmo: a Força Pública deu cobertura para o Dops e para as tropas de choque do Mackenzie para ocupar*

*a faculdade e depois, juntos, destruíram a Maria Antônia inteirinha. Isso foi um dos atos mais trágicos de vandalismo e violência que houve na história política do Brasil!* (Depoimento de José Dirceu concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 17/12/2005)

Mas o momento de maior tensão interna no ME foi, sem dúvida, o famoso 30º Congresso da UNE, realizado em Ibiúna, interior de São Paulo. A começar de sua preparação. Em maio, a UNE realizou seu Conselho (uma espécie de reunião de diretoria) na cidade de Salvador. A discussão sobre o formato do Congresso foi o cerne do encontro e serviu para encobrir a disputa das duas principais forças. A AP acreditava que o mesmo deveria ser um grande ato político que significasse “uma intensificação do combate à política educacional e à repressão da ditadura”<sup>2</sup>. O contrário pensavam as Dissidências, que acreditavam na tática dos congressos clandestinos.

No final, ficou referendado que as definições relacionadas ao Congresso caberiam à diretoria da UNE. A AP queria que o Congresso se realizasse em Minas Gerais, onde controlava o ME local. Mas as Dissidências, através de votação, conseguiram levar o Congresso para São Paulo. Nessa mesma reunião ficou definido que uma “comissão de especialistas” trataria de data, local e infra-estrutura necessária à realização do Congresso.

Inconformados com a derrota, Luiz Travassos e parte da diretoria da UNE ligada à AP resolveu convocar novo Conselho, desta vez na cidade de São Carlos. A outra parte da diretoria da UNE (ligada às Dissidências) boicotou o Conselho, que acabou contando apenas com as presen-

ças do Presidente da UNE, Luiz Travassos, de alguns diretores e de oito UEE’s.

Esse Conselho traçou novas diretrizes para o Congresso e um novo local: a cidade de Belo Horizonte, “onde o ME tem se mantido sistematicamente mobilizado com uma direção fundamentalmente correta que garante a firmeza necessária do ME para não recuar diante das ameaças da repressão e sustentar efetivamente a realização do Congresso”.

O Conselho deliberou, ainda, pela convocação de um novo fórum semelhante, em agosto, a ser realizado na UnB. Esse novo Conselho, além de ser novamente boicotado, não aconteceu devido à invasão da Universidade de Brasília por militares, resultando na prisão do principal líder local: Honestino Guimarães. Para Jean Marc, “a diretoria ficou em um mato sem cachorro e perdeu o fôlego para tentar questionar o Congresso que a UEE do José Dirceu estava montando em São Paulo” (Depoimento de Jean Marc von der Weid concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 07/10/2004).

Paralelamente, a equipe da UEE/SP coordenada por Paulo de Tarso Venceslau iniciava a organização do Congresso. Chegava-se, assim, à possibilidade de “racha” na União Nacional dos Estudantes.

Com os confrontos quase que diários com a polícia, devidos às manifestações de rua, a UEE/SP recebeu o apoio do General Zerbini (ex-comandante da Força Pública), que passava informações aos estudantes sobre a maneira de organização das tropas. Como a UEE não tinha um local para a realização do Congresso, o General Zerbini ofereceu aos estudantes o sítio de seu ajudante-de-ordens, Simões, localizado na cidade de Ibiúna, mas que não oferecia infra-estrutura alguma.

Para Paulo de Tarso

*As condições estavam dadas, era o momento que evidentemente já começava e a guerrilha rural estava presente. O Che tinha sido morto, assassinado em outubro de 1967. A questão da guerrilha ainda era muito presente. Era aquilo que movimentava o debate político naquela ocasião* (Depoimento de Paulo de Tarso Venceslau concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 14 de junho de 2004)

Assim, foi realizada a organização do Congresso no sítio indicado. A responsabilidade pela indicação do local até hoje ninguém confirma.



Capa do *Jornal do Brasil* de 30 de março de 1968: “Manifestações em todo o país contra o assassinato de Édson Luís”

José Dirceu, presidente da UEE e candidato à presidência da UNE pelas Dissidências afirma:

*Uma comissão que tinha autonomia total escolheu o lugar. Não sabíamos – eu não sabia, só fiquei sabendo quando cheguei lá. E nos deu garantias de que havia condições de fazer um congresso lá [em Ibiúna]. Na verdade, não acompanhei os detalhes de como era a estrutura para trazer os delegados, como era a forma de contato, onde eram os pontos, como seria o transporte. Eu estava conduzindo a disputa política, percorrendo o país na defesa da minha candidatura, fazendo passeata, ocupação, pois o movimento estudantil estava numa ebulição total. Não participei da organização, mas quando cheguei lá e vi, eu já sabia que aquilo ali era uma tragédia porque as condições eram as piores possíveis (Depoimento de José Dirceu concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 17 de dezembro de 2005)*

Mas, segundo Paulo de Tarso,

*Foi uma loucura que levou à escolha desse sítio. Todos os candidatos foram levados para o sítio e aprovaram o sítio. Todos eles. E dizer que desconhecia o sítio? Quem disser isso é mentira. Depois todo mundo tirou o seu da reta... Mas todos eles foram levados: o local é aqui, as condições são essas (Depoimento de Paulo de Tarso Venceslau concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 14 de junho de 2004)*



Protesto em São Paulo em repúdio ao assassinato do estudante José Guimarães, 1968

Neste ponto, o silêncio ganha destaque. Os poucos que falam, como Dirceu e Franklin, afirmam o desconhecimento prévio do local. Os demais sequer mencionam o assunto. Assunto que deve ficar no vácuo e, para usar mais uma vez expressões de Benjamim, recheado de hesitações, solavancos e incompletudes. Ainda mais se levarmos em conta a ebulição dos acontecimentos de 68 e a maneira como eles foram brutalmente silenciados.

Responsabilizar-se pela escolha do local seria responsabilizar-se pela prisão e fichamento de quase mil jovens, muitos deles duramente torturados e alguns mortos posteriormente. Sendo assim, não é estranho verificar a ausência desse ponto nos depoimentos.

As impressões sobre o Congresso são unânimes: Ibiúna foi um fracasso. Jean Marc relata sua impressão:

*Foram cinco dias debaixo de chuva, num lugar extremamente desconfortável, que não estava preparado para receber mil pessoas, quer dizer, sem uma infraestrutura para aquela demanda enorme de pessoas. Pessoas que levavam duas ou três horas em filas para conseguir comer um arroz-papa com feijão duro.*

Um negócio realmente barra pesada; só mesmo uma paixão revolucionária para peitar aquele negócio.

*Um negócio realmente barra pesada; só mesmo uma paixão revolucionária para peitar aquele negócio. Fazia muito frio. Apesar de ser outubro fazia muito frio. Choveu muito, aquela chuvinha paulista, aquela chuva miúda que molhava e formava um lameiro, sem lugar para dormir. Foi, realmente, um negócio bastante pesado. E eu passei cinco dias discutindo com cada grupo de estudantes que chegava naqueles caminhões. Eu juntava o povo e discutia, discutia, discutia e discutia (Depoimento de Jean Marc von der Weid concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 07/10/2004)*

A estrutura (ou a falta dela!) descrita por José Dirceu era a seguinte:

*O local não tinha propriamente uma construção, era tudo feito de bambu; o plenário era de lona; não tinha instalações no refeitório. Infelizmente, hoje avalio que talvez não fosse possível fazer. Hoje, vejo que tínhamos que ter feito um congresso aberto e enfrentado a ditadura. Prendia todo mundo e fechava o local, entendeu? (Depoimento de José Dirceu concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 17 de dezembro de 2005)*

Franklin Martins complementa:

*(...) era quase um acampamento no meio do mato! Para você ter idéia, o auditório era numa colinazinha, com os degraus escavados nas montanhas. Como chovia, era um barro só! Então você botava um náilon... Era uma coisa... Fiquei lá dois dias... Não consegui dormir – dormi duas horas. Dormia por turno. Dorme duas horas, entra... Não tinha lugar para dormir. Olhei e disse assim: “Isso aqui não vai dar certo!” Todo mundo olhou, e não era nenhum gênio, não, qualquer pessoa que entrava ali dizia: “Isso aqui não vai dar certo!”* (Depoimento de Franklin Martins concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 06 de dezembro de 2004)

Nos depoimentos encontramos a previsão de que o Congresso de Ibiúna não terminaria bem, de que “não iria dar certo”. Não podemos deixar de constatar, nesse caso, o fator “tempo-presente”. Segundo Jeanne Marie Gabnebin, a rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a essas estranhas insurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer o passado, mas também de agir sobre o presente (GAGNEBIN, 2004, P.55). A negativa do *mea-culpa* e a afirmativa do péssimo desfecho do 30º Congresso são realizadas à luz do presente, em cima da autocrítica da época e depois das reflexões suscitadas ao longo de quase quarenta anos.

Para além dessas críticas, poderíamos pensar também que Ibiúna foi a representação de toda a tensão gerada naquele ano, seu “desaguadouro”. A ebulição das movimentações estu-

A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a essas estranhas insurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer o que passou, mas também de agir sobre a realidade atual.

dantis carregava em seu bojo as diferentes posições ideológicas que confluíam, respeitando cada matiz, para o desejo de pôr fim à ditadura. Mas a luta interna e externa do movimento pode ter contribuído para o fortalecimento de outra luta interna: a da “linha-dura” do regime.

Quando chegou a informação de que a repressão já tinha conhecimento do local e estava muito próxima, as discussões entre os dois principais grupos se intensificaram não resultando em qualquer ponto de convergência, o que facilitou a prisão dos quase mil estudantes, incluindo as principais lideranças do ME. O fichamento de todos os estudantes presos serviu para a montagem de um “banco de identificação”, mais tarde usado contra aqueles que entraram na luta armada e foram presos, torturados e muitas vezes mortos pela ditadura.

Depois de Ibiúna o ME entrou num período de refluxo. Apesar de muitas lideranças presas, incluindo José Dirceu e Vladimir Palmeira, a diretoria da UNE resolveu eleger sua nova composição em congressos regionais, sagrando-se vencedora a chapa liderada por Jean Marc (militante que conseguiu escapar da prisão em Ibiúna). Cabe salientar que, apesar das diferenças entre grupos políticos, a representação da entidade conseguiu manter sua unidade.

Já com o ME bastante desmobilizado, o ano de 1968 chegaria ao fim com um último ato, ou melhor, com o Ato Institucional nº 5<sup>3</sup>, imposto pelo regime militar em 13 de dezembro. A

violência que já vinha sendo praticada nas ruas tomou forma muito mais ofensiva e muitos estudantes optaram pela luta armada, entrando para a clandestinidade. A UNE continuou com seu trabalho em condições precárias e também na clandestinidade total. Terminava assim o ano de 1968 para o ME no Brasil. Espalhados pelo mundo, os ecos daquele período sobreviveriam aos anos e a memória daqueles eventos marcaria as gerações vindouras, levando àquilo que Michael Pollak chamou de fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado (POLLAK, 1992, p. 201).

Bernardo Jofilly, vice-presidente da UBES nos idos de 68, ao lembrar de uma manifestação em prol do impeachment de Fernando Collor em 1992 afirma que

*Eu estava vendo uma passeata (...) em São Paulo, e o rapaz do carro-de-som dizia que aquela passeata enorme, maravilhosa, talvez até pudesse ser comparada à grande Passeata dos Cem Mil de 1968. Quando ele acabou de falar eu disse: “Rapaz, você está por fora! Vocês acabaram de fazer uma passeata três ou quatro vezes maior do que a Passeata dos Cem Mil, essa que é a verdade. Vocês não precisam se envergonhar, jogar na retranca. Vocês estão fazendo uma coisa importante, que vai entrar para a história do ME. Com essa campanha do Fora Collor! vocês puseram minha geração no*

*chinelo, do ponto de vista quantitativo, sem sombra de dúvida”* (Depoimento de Bernardo Joffily concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 08/11/2004)

Marieta Ferreira aponta que a memória é a construção do passado pautada por emoções e vivências, e que os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente (FERREIRA APUD DELGADO, 2003, p.17). Nessa perspectiva, presente e passado se interpenetram. Com efeito, “relembrar 68”<sup>4</sup> significava, à época do impeachment de Collor, resgatar um passado de lutas que pudesse pautar a luta de então projetando novas possibilidades para o futuro.

Histórias relatadas, acontecimentos lembrados atravessam um tempo e são reconstruídos, trazendo a possibilidade de atualização do passado no presente. Gustavo Petta, presidente da UNE entre 2003-2007, rememora as histórias contadas por seu pai, um ex-militante estudantil atuante em 1968:

*Foram várias histórias. Mas a mais marcante é a história do Congresso de Ibiúna (...) O meu pai esteve presente no Congresso e também foi preso. A minha avó foi uma das líderes do movimento das mães que foram até a porta do Carandiru pedir a libertação dos filhos. Chorou, foi para o jornal, fez todo um movimento em torno daquela questão. E foi um movimento, inclusive, muito forte, o movimento das mães, porque foram mais de 800 presos no Congresso* (Depoimento de Gustavo Petta concedido ao Projeto Memória do Movimento Estudantil em 08/11/2004)

“Relembrar 68” significava, à época do impeachment de Collor, resgatar um passado de lutas que pudesse pautar a luta de então projetando novas possibilidades para o futuro.



Jovens franceses relembram os 40 anos dos protestos de 1968 com encenação nas ruas de Paris

É o que Pollak define como “acontecimentos vividos por tabela”, dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no final das contas, é quase impossível que ela consiga distinguir se participou ou não. 1968 é um ano mítico porque as gerações vindouras se apropriam dele para pautar suas lutas no presente.

O ano de ouro do ME é um ano mítico. Toda a geração 68 lembra dos acontecimentos mesmo sem os ter vivenciado no ato. É o que Pollak define como “acontecimentos vividos por tabela”, dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no final das contas, é quase impossível que ela consiga distinguir se participou ou não (POLLAK, 1992, p. 21). É um ano mítico porque as gerações vindouras se apropriam dele para pautar suas lutas no presente. É mítico – e, às vezes, místico – porque, reconstituída, a memória de 68 passa a servir de “modelo” para orientar, “iluminar” os militantes do presente.

1968 – o “ano das paixões desencadeadas”, o “curto ano de todos os desejos”, o “ano que não terminou”, o ano da “paixão de uma utopia”, o ano, enfim, que “mudou o mundo”<sup>5</sup> – continua suscitando, quarenta anos depois, profundos debates e povoando, principalmente, a mente dos jovens universitários. Seja pela luta do novo contra o velho, como afirmam alguns intelectuais<sup>6</sup> no caso francês, seja pela luta contra o regime instaurado no Brasil pelo golpe militar de 1964, o que fica marcado na memória e também na história é a “paixão revolucionária” atestada por Jean Marc, um dos símbolos daqueles jovens que “só” queriam mudar seu mundo. ●



\* **ANGÉLICA MÜLLER** é doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo. Coordenadora-técnica do Projeto Memória do Movimento Estudantil. Membro do Conselho Diretor do Centro de Estudos e Memória da Juventude.

### ACERVOS PESQUISADOS:

\* Centro de Documentação em História Contemporânea – CEDEM/UNESP;

\* Projeto Memória do Movimento Estudantil – [www.mme.org.br](http://www.mme.org.br)

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Márcio M. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudiantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

DELGADO, Lucília de A. Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. In: *História Oral*. Revista da Associação Brasileira de História Oral. nº 6. São Paulo: 2003. p. 9-25.

DIRCEU, José. O movimento estudantil em São Paulo. In: GARCIA, Marco Aurélio. VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores*. 1968: Brasil, França e Alemanha. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 83-93.

\_\_\_\_\_. PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de A. Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta. AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GABNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: editora 34, 2006.

JOFFRIN, Laurent. *Mai 68: Histoire des Événements*. Paris: Éditions du seuil, 1988.

JOUTARD, Philippe. Nuevas polémicas sobre historia oral: algunos retos que se le plantean a la historia oral del siglo XXI. In: *Historia Antropología y fuentes orales (entre la exclusión y el trabajo)*, nº 21, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Unicamp, 1994.

MARTINS FILHO, João Roberto (org). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: Edufscar, 2006.

MÜLLER, Angélica. Le mouvement étudiant au Brésil: Résonances françaises et leurs spécificités. In: DREYFUS-ARMAND, Geneviève. FRANK, Robert (orgs). *Les années 68: une contestation mondialisée*. Nanterre, 2008 (no prelo).

\_\_\_\_\_. O Congresso de Ibiúna. In: *Seminário Internacional 1968 – 40 anos depois: memória e história*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº10, 1992.

REIS FILHO, Daniel A. MORAES, Pedro. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1988.

\_\_\_\_\_. *1968: o curto ano de todos os desejos*. In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. Dossiê maio de 68. São Paulo, 10 (2), outubro de 1998. p. 25-35.

REMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, A & TÉTARD, Ph. *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

\_\_\_\_\_. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RIDENTI, Marcelo. REIS FILHO, Daniel A (org). *História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. Vol 6. Campinas: Unicamp, 2007.

### NOTAS

1 ) Como em outros países, desde o início da década de 1960 houve acirrada luta interna no PCB. Em 1967, com o VI Congresso do Partido, o grupo mais moderado – liderado pelo secretário-geral do Partido, Luís Carlos Prestes – obteve vitória na defesa de suas teses, o que acabou sendo contestado por outros grupos mais ligados ao processo revolucionário cubano, gerando diversas dissidências partidárias. Cf. RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel A (org). *História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. vol 6. Campinas: Unicamp, 2007.

2 ) Análise crítica do 30º Congresso da UNE. Arquivo CEDEM/UNESP, fundo CEMAP, cx. 036.

3 ) A historiadora Maria Paula Araújo resume bem as principais bases do ato: o AI-5 fechou o Congresso Nacional por tempo indeterminado; cassou mandatos de deputados, senadores, prefeitos e governadores; decretou estado de sítio; suspendeu o *habeas corpus* para crimes políticos; cassou direitos políticos dos opositores do regime; proibiu a realização de qualquer tipo de reunião; criou a censura prévia. In: ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudiantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. p. 189.

4 ) Não podemos deixar de levar em conta que o “clima 68” foi muito favorecido pela mini-série da Rede Globo *Anos Rebeldes*.

5 ) Com exceção da primeira frase, as demais que se seguem são títulos de artigos e livros de autores brasileiros, na ordem: REIS FILHO, Daniel A. 1968: o curto ano de todos os desejos. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. Dossiê maio de 68. São Paulo, 10 (2), outubro de 1998. p. 25-35. VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. REIS FILHO, Daniel A. MORAES, Pedro. *Op. cit.*, 1988. ALVES, Márcio M. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

6 ) MORIN, Edgar et alli. *Mai 1968: la Brèche*. Premières réflexions sur les événements. Paris: fayard, 1968. TOURAINE, Alain. *Le mouvement de mai ou le communisme utopique*. Paris: Éditions du seuil, 1968. JOFFRIN, Laurent. *Op. cit.* 1988.